



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – UAEDUC
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

WILTON ALEXANDRE DE MELO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: O caso da
Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-32 – COPAFBE – Francisco Bezerra Evangelista, no
sítio Laginha, Congo/PB.

**SUMÉ - PB
2015**

WILTON ALEXANDRE DE MELO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: O caso da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-32 – COPAFBE – Francisco Bezerra Evangelista, no sítio Laginha, Congo/PB.

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade Acadêmica de Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Professor Me. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.

**SUMÉ – PB
2015**

M528c Melo, Wilton Alexandre de.

Captação de recursos em entidades do terceiro setor: O caso da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-32-COPAFBE – Francisco Bezerra Evangelista, no Sítio Laginha, Congo/PB. / Wilton Alexandre de Melo. - Sumé - PB: [s.n], 2015.

31 f.

Orientador: Professor Me. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento..

Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Terceiro Setor. 2. Captação de recursos. 3. Colônia de Pescadores – Congo - PB. 4. Aquicultores – Congo - PB. 5. Sítio Laginha – Z-32-COPAFBE I. Nascimento, Alex Bruno Ferreira Marques do. II. Título.

CDU: 35:061.2(045)

WILTON ALEXANDRE DE MELO


CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: O caso da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-32 – COPAFBE – Francisco Bezerra Evangelista, no sítio Laginha, Congo/PB.

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade Acadêmica de Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

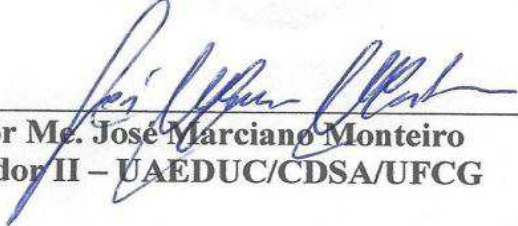
BANCA EXAMINADORA



Professor Me. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.
Orientador – UAEDUC/CDSA/UFCG



Professor Dr. Luiz Antônio Coelho da Silva.
Examinador I – UAEDUC/CDSA/UFCG



Professor Me. José Marciano Monteiro
Examinador II – UAEDUC/CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 09 de dezembro de 2015

SUMÉ - PB

RESUMO

No Estado atual, a sociedade como um todo passa neste contexto moderno por grandes transformações econômicas, onde diante dessa realidade surgem às organizações do Terceiro Setor que são um conjunto de entidades com objetivos e finalidades voltadas ao atendimento de necessidades comuns e que sejam formalizadas, legais, possuindo, apesar do alcance coletivo, natureza privada, não integrantes do aparelhamento do Estado, de finalidade não lucrativa, auto administradas e de constituição voluntária. Diante disso, este trabalho se propõe a evidenciar, quais as principais fontes de recursos existentes e utilizadas por uma entidade pertencente ao Terceiro Setor. Para tanto, e com vista a alcançar o objetivo proposto, foi realizado um estudo de caso na Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-32 – COPAFBE - Francisco Bezerra Evangelista, localizada no sítio Laginha em Congo/PB, onde se buscou conhecer na prática aquilo que a literatura e as normas apresentam como fontes de recursos para entidades do Terceiro Setor. Com relação aos objetivos específicos almejou-se: apresentar de forma sucinta conceitos e informações sobre o Terceiro Setor; descrever a importância das entidades do Terceiro Setor para a valorização e crescimento das comunidades; identificar as fontes e formas de captação de recursos utilizadas na entidade; conhecer em valores monetários o quantitativo de recursos adquiridos pela Colônia de Pescadores. Metodologicamente este trabalho apresenta as seguintes características: quanto aos objetivos é descritiva e exploratória; quanto aos procedimentos trata-se de um estudo de caso; quanto à abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados a partir de um questionário direto e assistido aplicado na respectiva colônia a seu presidente e tesoureiro e quanto à análise dos dados os dados obtidos foram apresentados de forma direta embasado de análise documental para ratificação das informações. Os resultados obtidos revelam que a Colônia de Pescadores possui atualmente apenas uma fonte de recursos que são as contribuições mensais provenientes dos associados, não recebendo a mesma doação, subvenções nem aportes por parte tanto do setor público como do setor privado. Inexiste também qualquer forma de projetos que visem à destinação de recursos para a entidade atualmente, ficando a mesma restrita aos recursos advindos dos associados que utiliza as respectivas doações de forma integral em estruturação e manutenção das atividades. Com isso conclui-se que a organização encontra-se restrita apenas a uma única fonte de recursos não possuindo nenhuma outra além da especificada.

Palavras-Chave: Terceiro Setor. Captação de Recursos. Colônia de Pescadores.

ABSTRACT

On the current state, the society as a whole come on in this modern context by mayor economic transformations, on this reality arise there third sector organizations that are the conjunct of entities with objectives and finalities directed to the attendance of common needs and which that are formalized, legal, having, although the collective range, private nature, non-members of structure of the State, non-profit, self-administered and that voluntary Constitution. Before that, this study intends to evidence, what are the principal sources of financing that existing and are used by an entity belonging to the third sector. Therefore, and to achieve of the proposed objective, there was conducted a case study on COPAFBE – Fishermen's of Colony and Aquaculture Z-32 – Francisco Bezerra Evangelista, is localized on the site of Congo/PB Laginha, we look for a know in practice what the literature and norms showing as sources of financing for entities the third sector. With that specific objectives we looked for shower of succinctly form, concepts and information about the third sector; describe about that importance of the third sector for appreciation and growing of communities; identified that the sources and forms captation of resources that were are used in entity; know on monetary values the amount of resources that were acquired by the fishermen's colony. Methodology this paper have the following characteristics: as for the objectives is exploratory; as for the procedures it is a case study; the approach of the problem is a qualitative research with collecting data from a direct and assisted questionnaire, applied in their colony with a president and of treasurer. About the data analysis, that there were presented directly and based with a documentary analysis for ratification of information. The results obtained showed that the fishermen's colony actuality having only one source of resource what were contribution from monthly payments of the members, not receiving the same donation, grants, non-contributions on the part of the public sector or the private sector. There also any form of projects aimed to destination of the resources for the actually entity, getting the same restricted for that resources from the members, that were used their fully donations in structuring and maintenance of activities. With it, we concluded that this organization was only restricted from a single source of resources, not possessing any other than specified.

Keywords: Third sector. Capture of resources. Fishermen's colony.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade passa atualmente por um agravamento acentuado da desigualdade social, proporcionada pela crescente mercantilização competitiva, em que se valoriza a produção, comercialização e lucratividade.

Parte da contribuição para este cenário provém da incapacidade do Estado de promover com eficácia a justiça social, ensejando com isso o advento de um novo Setor, de onde surgiram propostas alternativas, sendo as organizações não governamentais (ONGs) uma das mais significativas (TENÓRIO, 2002).

Tal realidade tornou-se algo considerável no contexto moderno, onde o número de entidades pertencentes a este ramo cresceu consideravelmente ao longo dos anos tendo alcançado em 2010, de acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012) um número total de 290,7 mil fundações privadas e associações sem finalidade lucrativa, o que corresponde a 52,2% do total de entidades sem fins lucrativos existentes no Brasil que é de 556,8 mil organizações, representando também 5,2% do total de 5,6 milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas.

Diante da breve contextualização apresentada, percebe-se que as respectivas entidades possuem significativo grau de participação na realidade socioeconômica nacional. Portanto, torna-se importante compreender não somente o funcionamento das entidades pertencentes a este ramo, mas, sobretudo as origens dos recursos a elas transferidos para que assim, possam manter os objetivos e finalidades propostos.

Conforme Lengler, Cruz e Jacobsen (2010, p. 162):

Os recursos, físicos (como dinheiro e doações de produtos) e humanos (trabalho voluntário) devem ser captados e mobilizados de forma eficaz, sendo que especialistas do Terceiro Setor recomendam que a execução dessas atividades envolvam os seguintes aspectos: análise, planejamento, pesquisa de fontes de recursos e estratégias de captação de recursos.

Não basta somente saber da existência dos recursos e ter o conhecimento de que os mesmos devem cumprir uma finalidade não lucrativa e social, mas, sobretudo deve-se saber as formas que podem ser utilizadas para a captação dos mesmos e com isso tornar real as aspirações propostas pela entidade, onde os recursos podem ser adquiridos tanto no setor público como no setor privado da economia. Diante disso e buscando identificar e compreender as formas utilizadas de captação de recursos pelas entidades do Terceiro Setor

surge o seguinte problema de pesquisa: *Quais as principais fontes de recursos da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-32 – COPAFBE - Francisco Bezerra Evangelista no sítio Laginha em Congo/PB e quais os procedimentos para captação?*

Partindo das informações apresentadas, este trabalho possui como objetivo geral identificar as principais fontes de recursos na Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-32 – COPAFBE – Francisco Bezerra Evangelista, localizada no sítio Laginha em Congo/PB e quais os procedimentos adotados para captação. Com relação aos objetivos específicos almeja-se: apresentar de forma sucinta conceitos e informações sobre o Terceiro Setor; descrever a importância das entidades do Terceiro Setor para a valorização e crescimento das comunidades; identificar as fontes e formas de captação de recursos utilizadas na entidade; conhecer em valores monetários o quantitativo de recursos adquiridos pela Colônia de Pescadores.

Esta pesquisa se justifica a partir de quatro pontos: O científico, o regional, o local e a importância para a própria Colônia. Com relação ao científico, esta pesquisa visa contribuir para o aumento do conhecimento não apenas teórico, mas também das atividades praticadas nas organizações pertencentes ao Terceiro Setor, neste caso em específico, as formas com que as mesmas identificam e captam recursos para a execução de suas atividades cotidianas. Dentro da perspectiva regional, este trabalho busca aumentar o nível de conhecimento por parte de outras organizações de mesma área ou áreas afins, para que estas possuam subsídios norteadores para implementação de ações de captação de recursos. Dentro da importância local, esta pesquisa se justifica por contribuir não somente na geração de conhecimento, mas também na geração de valor para a comunidade local, a partir da divulgação de boas práticas aquisitivas de recursos que poderão servir de base para entidades diversas. E, do ponto de vista da própria Colônia, a pesquisa visa proporcionar a possibilidade desta se tornar referência a nível local e regional no tocante a captação de recursos provenientes de diversas fontes, onde neste caso CICC (2009) evidencia que a captação de recursos, além de financiar as atividades desenvolvidas, possui a prerrogativa de promover a entidade.

Para tanto, e com vista a alcançar o objetivo proposto, foi realizado um estudo onde se buscou na literatura e na própria Colônia de Pescadores, evidências da forma como tais entidades captam seus recursos abordando inicialmente algumas considerações sobre o Terceiro Setor de forma conceitual, a sua realidade nacional, a captação de recursos, as formas utilizadas para captação e a importância do planejamento nas atividades que envolvam a busca de recursos externos para a entidade.

Metodologicamente este trabalho apresenta as seguintes características: quanto aos objetivos é descritiva e exploratória; quanto aos procedimentos trata-se de um estudo de caso; quanto à abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados a partir de um questionário direto assistido aplicado ao presidente e tesoureiro da colônia e quanto a análise, os dados coletados foram embasados por documentos da Colônia que ratificam as informações obtidas.

Portanto, e de modo a contribuir para a solução do problema proposto, este trabalho desenvolveu-se da seguinte forma: introdução, aspectos conceituais e legais do Terceiro Setor onde se encontram alguns conceitos do Terceiro Setor e sua realidade a nível nacional, conceitos e caracterização sobre captação de recursos, as formas de se proceder à busca de recursos e a importância do planejamento na captação dos recursos, como forma de racionalizar a mesma tornando mais efetiva a participação dos agentes doadores devido à seriedade com que se procede. Contém também uma seção apresentando os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa seguida da análise do caso e das considerações finais.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS E LEGAIS DO TERCEIRO SETOR

Com a formação do sistema capitalista, as economias desenvolveram um novo modo de subsistência baseados na acumulação de capitais. Fato percebido de forma ostensiva dentro do setor privado. Esse modelo, muitas vezes agressivo, é responsável, atualmente, por uma realidade dúbia na sociedade, que envolve o empobrecimento de uma fração da população e enriquecimento de outra. É nesse contexto moderno que também surgem às organizações pertencentes ao chamado Terceiro Setor, que possuem, assim como no setor público, finalidade não lucrativa e de alcance coletivo, mesmo sendo de natureza privada.

Segundo Rampaso (2010), o Terceiro Setor pode ser conceituado como sendo um conjunto de entidades com objetivos e finalidades voltadas ao atendimento de necessidades comuns e que sejam formalizadas, legais, possuindo, apesar do alcance coletivo, natureza privada, não integrantes do aparelhamento do Estado, de finalidade não lucrativa, auto administradas e de constituição voluntária.

As características apresentadas no conceito citado no parágrafo anterior são inerentes a todas as entidades deste setor, mesmo que a finalidade de cada uma possa diferir umas das outras, sendo de natureza privada, uma vez que o Estado não possui participação direta na sua

criação e extinção, exceto se a mesma se encontrar em ato de ilicitude. A natureza privada não pressupõe finalidade mercadológica, já que de acordo com a citada autora, as entidades pertencentes a este setor visam atender necessidade de carências sociais de uma parcela da sociedade a ela vinculada, sendo que cada membro tem livre decisão de entrada e saída.

Corroborando, Tenório (2002) acentua que, as entidades do Terceiro Setor “não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculados, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais [...]”. Objetivamente, as entidades pertencentes a este segmento, são concebidas para atividades paralelas às executadas pelo estado, isto considerando o caráter social com que as mesmas se revestem não em sua totalidade, apenas naquelas em que a administração pública encontra-se atuando de forma ineficiente, uma vez que dentro desse contexto moderno de globalização, os governos não conseguem executar, em muitas localidades, todas as tarefas sociais que a sociedade necessita, sua atuação pode ser considerada limitada, despertando com isso na sociedade a busca por soluções privadas para problemas públicos.

O Terceiro Setor, para Cavalcanti (2008), dentre as diversas denominações, utilizadas, é também chamado de setor independente ou voluntariado, uma vez que não há partição de resultados entre os participantes, e tem sua nomenclatura utilizada para fazer referência às organizações da sociedade civil, que surgem com o objetivo comum de atender às expectativas da sociedade e nela gerar transformações.

Tais transformações deveriam em princípio ser obrigações pertinentes ao Estado que por diversos motivos, alheios a esta pesquisa, não o faz ou simplesmente não consegue fazer, obrigando a sociedade a se unir em torno de um solução pensada por eles e desenvolvida para eles mesmo.

Para Fernandes (2002) este setor é apresentado como não lucrativo e não governamental, uma vez que faz referência ao fato de que não existe aporte do governo, por isso são chamadas de não governamentais.

Isto por sua vez, não impede os governos de incentivá-los através de programas que possibilitem a obtenção de recursos para suas finalidades e que os coloque a disposição das respectivas entidades para com isso proporcionar uma maior atuação e que esta seja de moto otimizado e eficiente.

De acordo com Hudson (1999), o terceiro setor é composto por organizações que são orientadas por valores, advindos da própria sociedade, pois são criadas e mantidas por pessoas que percebem as mudanças como necessárias e por que não dizer como de difícil solução por

parte do Estado, e que, por isso, assumem responsabilidades e lutam com o objetivo de tornar realidade àquilo que desejam para a sociedade.

Percebe-se que os anseios não supridos pela atividade estatal passam a ser almejados e materializados através da própria iniciativa popular, que vê nas próprias ações os meios de como modificar e melhorar a realidade em que se encontram.

Com relação à classificação das entidades, Rampaso (2010) enfatiza que no Brasil as entidades pertencentes ao Terceiro Setor são classificadas em Associações e Fundações privadas. Ou seja, de acordo com a autora, todas as denominações conhecidas como pertencentes ao Terceiro Setor estão inseridas dentro dessas duas categorias.

Essas instituições realizam atividades que vão além de atender para necessidades específicas (DRUCKER, 1997). Atualmente este segmento da economia visa cobrir lacunas deixadas pelo Estado em suas ações, possui uma nomenclatura que a define e também ratifica sua distinção com o setor público, onde alguns estudiosos entendem as ONGs como sendo seu sinônimo.

Os conceitos e características apresentados, também encontram respaldo nas normas que versam sobre o assunto de modo que as entidades tenham suas ações legitimadas também do ponto de vista normativo. Diversos dispositivos espalhados por algumas normas não somente os caracteriza, mas também proporciona meios de como as pessoas podem se organizar nessas entidades e terem seus anseios atendidos para este trabalho enfatiza-se o que é emanado da Carta Magna de 1988.

A Constituição Federal de 1988 (CF-88) reserva cinco incisos do artigo 5º para tratar do direito de associação, consistindo estes dispositivos nas bases constitucionais das entidades de fins não lucrativos. Todas as leis afetas às entidades do Terceiro Setor devem observar estes dispositivos, bem como a interpretação de todas as normas acerca deste tema devem corresponder ao disposto nos incisos constitucionais, que trazem a seguinte redação:

- (...) XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter para militar;
- XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
- XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
- XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado; e
- XXI – as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente (...).

De acordo com a CF - 1988, em primeiro plano, a característica basilar para a existência de associações, ou por analogia, a existência de quaisquer entidades pertencentes ao Terceiro Setor é de que seja para fins lícitos, seguida paralelamente pelas demais, quais sejam, a não interferência estatal na sua constituição e gestão, a prerrogativa do julgamento perfeito para a interrupção de suas ações, a não obrigatoriedade de associação por parte da sociedade e a legitimidade de representação daqueles que compõem a mesma por parte da entidade seja dentro do âmbito judicial ou não. Ou seja, a materialização normativa do que a literatura já vinha esboçando.

Portanto, o momento atual é de aprofundamento do processo de democratização, no qual a democracia representativa e indireta encontra-se alargada e a democracia participativa e direta conquista cada vez mais adeptos, crescendo o número de espaços de articulação com o Estado por meio da institucionalidade de organizações da sociedade civil. Conhecer as organizações que atuam no Brasil, nesse contexto, é medida que merece atenção.

3 CONTEXTO NACIONAL DO TERCEIRO SETOR

Tendo conhecido de modo objetivo os aspectos conceituais e resumidamente a previsão normativa emanada principalmente da CF - 88 acerca das entidades pertencentes ao Terceiro Setor e sua atuação junto à sociedade, cabe agora uma breve contextualização sobre o surgimento bem como sua realidade atual no Brasil.

Para Oliveira (2012, p. 27)

No Brasil, as ONGs começam a surgir no período do regime militar, em que a sociedade vivenciava um momento autoritário e era expectadora do convívio entre a modernização do país e o surgimento de uma nova sociedade organizada, que era fundamentada em ideologias que faziam referência à autonomia em relação ao Estado.

Neste contexto, o surgimento das entidades do Terceiro Setor, aqui denominadas de ONGs, data de uma época conturbada a nível nacional, onde a população atuava como um mero sujeito passivo das ações dos governos militares, percebendo-se também um distanciamento do Estado das realidades sociais, restando apenas a organização popular com o objetivo de suprir as suas necessidades.

Diante disso enfatiza-se o papel de fortalecimento da própria sociedade frente a um Estado moderno, porém autoritário, com relação aos seus anseios mais básicos que naquele momento parecia-lhes distante e de difícil acesso, fato este apresentado por Albuquerque (2006), onde o mesmo cita que o terceiro setor no Brasil começa a ganhar destaque entre as décadas de 1970 e 1980, pois nesse período as organizações sem fins lucrativos vinham num crescente engajamento em busca do desenvolvimento para fortalecer as entidades representativas da sociedade civil, na tentativa de igualar a realidade social, por direitos individuais e também direitos coletivos. O autor destaca que instituições religiosas desempenharam um papel fundamental para o desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil com maior destaque para a Igreja Católica.

Mesmo seu surgimento remontando às décadas de 1970 e 1980 as entidades do terceiro Setor tais como as conhecemos não são tão distantes no tempo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012, p. 30):

As entidades sem finalidade lucrativa são relativamente novas no Brasil: a maior parte delas (40,8%) foi criada no período de 2001 a 2010. Das 118,6 mil entidades nascidas na década, a metade (50,8%) surgiu nos últimos cinco anos, cerca de 4% a cada ano, evidenciando um crescimento regular no período. Interessante também observar o peso das entidades criadas no período de 1981 a 2000: elas representam 46,5% do total de entidades em atividade em 2010.

Percebe-se que as mesmas não surgiram e permaneceram, em termos quantitativos, estáticas, mas que ao longo dos anos principalmente nos anos 2000, as entidades aumentaram e ampliaram seus campos de atuação passando da tão somente Assistência Social para outros setores tais como saúde, educação, etc.

Ainda de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012, p. 29):

A distribuição das entidades sem fins lucrativos no Território Nacional tende a acompanhar a distribuição da população. Assim é que, na Região Sudeste, concentram-se praticamente as mesmas proporções de entidades (44,2%) e de brasileiros (42,1%). Em segundo lugar figura a Região Nordeste, onde estão 22,9% dessas instituições, o que representa uma proporção pouco menor do que a da população (27,8%). A Região Sul ocupa o terceiro lugar tanto em número de instituições quanto em número de habitantes, no entanto, neste caso, as proporções se diferenciam, evidenciando uma concentração mais acentuada. Assim é que, nesta região, encontram-se 21,5% das entidades e apenas 14,4% da população. Na Região Norte, ao inverso, está 4,9% e 8,3% dos brasileiros.

Onde existe maior contingente populacional existe maior necessidade de organização, uma vez que também existe um maior distanciamento entre as ações estatais e a população, cabendo às organizações sociais a complementação das ações não abrangidas pelos governos nas diversas áreas mencionadas anteriormente.

Neste caso, ainda o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012, p. 31) nos diz que:

Destacam-se dois grupos de entidades: as voltadas para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos e as religiosas. No primeiro caso, estão incluídos os seguintes subgrupos: Associações de moradores, Centros e associações comunitárias, Desenvolvimento rural, Emprego e treinamento, Defesa de direitos de grupos e minorias, Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos, Associações empresariais e patronais, Associações profissionais e Associações de produtores rurais. Ao todo, são 87,4 mil entidades que, em conjunto, representam 30,1% do total.

Observando esse cenário, percebe-se que o segmento das organizações que compõem o Terceiro Setor cresce a cada ano. Com isso, as necessidades e oportunidades para parceiros e adeptos ficam mais evidentes e abertas para a sociedade e empresas, bem como se torna importante objeto de pesquisa das ciências, para com isso se entender o seu surgimento, funcionamento e impacto na realidade social.

4 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Todas as organizações, com ou sem finalidade lucrativa, necessitam de recursos para viabilizarem suas atividades, de forma que se obtenha resultado positivo com a operação, sendo este resultado denominado lucro para entidades atuantes no mercado e *superávit* para as entidades não atuantes no mercado.

No tocante às entidades do Terceiro Setor e de acordo com o Manual de Captação de Recursos (2011, p. 12):

Captação de recursos é um termo utilizado para descrever um leque de atividades de geração de recursos realizadas por organizações sem fins lucrativos em apoio à sua finalidade principal, independente da fonte ou do método utilizado para gerá-los.

Destaca-se, que captar recursos não se restringe unicamente a valores monetários, mas também a diversas outras atividades inerentes à entidade, tendo como exemplo a própria mão de obra, uma vez que a mesma pode ser considerada um recurso importante nas atividades que podem ser desenvolvidas, bem como de outros tipos de recursos utilizados.

Para Camargo (2001), a imensa maioria das organizações do denominado Terceiro Setor convive com a escassez de recursos, sendo que a lacuna maior encontra-se no distanciamento dos governos com relação a essas entidades.

Por este motivo isso que muitas delas sobrevivem apenas dos recursos advindos dos próprios associados bem como da produção de bens e da disponibilização de serviços, ambos colocados à sociedade, para que se possam adquirir os recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

Cruz (2000) traz uma visão interessante sobre a captação de recursos, onde comenta que todas as organizações sem fins de lucro, no interesse de promover suas atividades, dependem de maneira fundamental da captação de recursos sejam elas oriundas de subvenções públicas ou provenientes da iniciativa privada.

Com isso, percebe-se que tais recursos tornam-se vitais na consecução dos objetivos traçados, onde sem eles, e de acordo com o apresentado acima, a continuidade das organizações fica comprometida, já que os recursos próprios, muitas vezes ou na maioria das vezes, são insuficientes para as atividades desempenhadas. Diante disso, os recursos físicos como os humanos devem ser captados de forma eficaz, para com isso tornar mais eficiente as ações em vista da continuidade da organização como prestadores de serviços sociais.

De acordo com a Associação Brasileira de Captadores de Recursos – ABCR (2007), além da ética, o captador deve ter transparência, respeito à legislação vigente no país, confidencialidade das informações, honestidade em relação à intenção do doador, compromisso com a missão e a sustentabilidade da organização. Além disso, paixão pela causa, sensibilidade, entusiasmo, persistência, paciência e muita criatividade são essenciais.

Isto significa que apesar de atualmente não existir um aparato fiscalizador das ações de captação de recursos dentro das organizações do Terceiro Setor, não enseja que as mesmas tenham que fazê-la de qualquer forma, sem um grau de respeito para com aqueles que se prontificam a doar ou repassar valores e bens. Pelo contrário, como sua atividade ocorre dentro do âmbito social, cuja finalidade é o bem estar coletivo, suas ações devem estar revestidas de probidade e transparência, tornando assim, confiável a relação entre quem aporta e quem recebe os bens, e porque não dizer com a própria sociedade.

4.1 Formas de Captação de Recursos

A captação dos recursos torna-se de basilar importância para a consecução e a continuidade das atividades a que se propõe a entidade.

Para Rampaso (2010), as principais fontes de captação de recursos nas referidas entidades são provenientes de três fontes: por meio de suas ações habituais, por meio de doações privadas e por meio de incentivos governamentais.

No que se refere à captação por meio de ações habituais, pode-se citar a título de exemplo, a contribuição dos associados, a venda da produção da própria entidade, ou a prestação de serviços, e porque não dizer a produção de qualquer evento que enseje transferência de recursos por parte dos setores da sociedade para a entidade.

Já no tocante à captação por doações privadas, trata-se de uma transferência de valores ou bens para a organização, como auxílio as suas atividades, sendo que estas transferências, em sua maioria de forma livre são não remuneradas para quem doa. Quanto à captação de recursos por meio de incentivos governamentais, destacam-se algumas formas, como patrocínio, subvenções sociais e auxílios (RAMPASO, 2010).

Torna-se importante salientar que neste último caso, e pelos motivos supracitados, o Estado transfere valores para as entidades do Terceiro Setor, como forma de fomentar as atividades das mesmas, uma vez que são elas as responsáveis por cobrir lacunas deixadas pelo próprio Estado em suas ações, quando o aparato estatal não consegue ou não desenvolve de forma eficiente suas atividades junto à sociedade.

As formas de captação de recursos são diversas e podem advir das empresas privadas ou públicas, de pessoas como individuais, agências internacionais de financiamento, através do governo, e em sua maioria por meio de venda de serviços e eventos realizados para promover a captação de recursos (CICCA, 2009).

Portanto, tudo deve ser concebido de forma racional e concisa, para que os objetivos e finalidades propostos quando da criação da organização sejam cumpridos de forma otimizada, tornando-se importante planejar cada ação a ser executada quando em matéria de captação de recursos. Esse planejamento deve ser adequado à realidade de cada entidade, de modo a evitar que as eventuais dificuldades na aplicabilidade de um plano de captação não se sobreponham aos benefícios obtidos.

4.2 A Importância do Planejamento na Captação de Recursos

Não se pode negligenciar o fato que tem aumentado substancialmente o número de organizações pertencentes ao Terceiro Setor no Brasil, bem como o seu reconhecimento pela sociedade, tornando-se de suma importância e necessidade um planejamento estratégico e processual por parte das organizações para captação dos recursos necessários ao seu funcionamento e cumprimentos dos objetivos traçados.

Para Rampaso (2010, p. 161) “captar recursos, no contexto do Terceiro Setor, significa agir para gerar receitas ou recursos com o fim de implementar uma atividade ou ação propulsora da finalidade principal a que se dedica a instituição captadora”. Percebe-se que toda captação, proveniente de quaisquer fontes, tem por finalidade última a manutenção dos objetivos sendo por isso, de grande relevância a forma eficiente com que se capta, quer sejam provenientes de suas próprias ações ou advindos de incentivos externos que podemos entender como sendo dos setores público e privado. Porém para que se possa ter êxito na captação deste ou daquele segmento, é necessária que haja racionalidade na sua aplicação, característica esta que um bom plano de ações pode esboçar de forma simples e confiável.

De acordo com Cicca (2009), antes do processo de captação de recursos, é importante efetuar uma análise da organização para saber se ela está ou não pronta para implementar suas atividades ou um determinado projeto. Nesse processo de análise da organização, devem ser definidos claramente a missão da organização, o seu público-alvo e como a entidade atua.

Não somente estas, mas existem também algumas outras características importantes para o sucesso no processo de captação de recursos tais quais:

Elaborar uma campanha eficiente que defina a situação da organização e o que é preciso pra que ela alcance sua finalidade, (...) analisar o que outras organizações atuantes já fizeram e quais foram os resultados obtidos por elas, (...) elaborar um cronograma e um orçamento, (...) mobilizar os integrantes da entidade e organizar suas tarefas, (...) e divulgar a campanha, avaliando, inclusive, as estratégias de marketing envolvidas. (RAMPASO, 2010, p. 162).

Mesmo com a crescente gama de recursos destinados a esse segmento, proporcionado pelo considerável crescimento das respectivas organizações, ainda são muitas as dificuldades encontradas, como: "obtenção de recursos, financeiros ou não, busca de apoio institucional, na criação de um corpo efetivo de voluntários, na falta de apoio da população a questões consideradas polêmicas." (TEIXEIRA, 2004, p. 6). Muitas das questões consideradas

polêmicas passam pela sobreposição de interesse pessoal nas ações desenvolvidas pela organização, bem como pela defesa de interesses difusos que envolvem em alguns casos prioridades de segmentos políticos, onde por muitas vezes contribuem para a diminuição do interesse social em contribuir para que entidades do Terceiro Setor possam crescer e continuar suas atividades.

Conforme as entidades do Terceiro Setor vão assumindo posturas mais profissionais e de participação mais relevante no contexto social em que se inserem, inevitavelmente, de forma a manter ou ampliar seu leque de parcerias, as mesmas necessitam divulgar de forma honesta e convincente sua atuação, como meio de demonstrar a seriedade com que presta seus serviços e a probidade de suas ações.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como sendo de dois tipos, descritiva e exploratória. Descritiva porque se busca descrever, registrar, analisar e interpretar os dados sem manipulá-los (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Nesta perspectiva, tal procedimento detêm-se nos dados oriundos do objeto de pesquisa, onde os mesmos devem resguardar a factualidade da informação obtida em vista de uma melhor análise e que esta esteja o mais próxima possível da realidade demonstrada.

De acordo com Gil (2008, p. 42), a pesquisa descritiva "tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis não se podendo interferir no resultado, cabendo apenas à demonstração dos achados de forma fidedigna". Os dados coletados são analisados sem que o autor possa desenvolver teses pessoais quanto aos resultados, eles devem transmitir a informação real do objeto de pesquisa.

Diante do exposto, esta pesquisa buscou descrever, se os procedimentos de Controle Interno estão sendo cumpridos conforme preceitua a norma que rege a função, a partir dos relatórios de auditoria interna dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado da Paraíba.

Segundo Silva (2008), a pesquisa exploratória é realizada em área nas quais haja pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou para construir hipóteses.

Beuren (2006, p. 80) complementa dizendo que:

Uma característica interessante da pesquisa exploratória é que consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Assim, contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto.

O presente estudo buscou obter uma maior familiaridade com o problema em questão, com vista a proporcionar meios de se solucionar o mesmo não somente no campo teórico, mas também no campo prático.

No tocante aos procedimentos esta pesquisa caracteriza-se como sendo um estudo de caso, que é realizada com um ou poucos sujeitos, com o objetivo de aprofundar-se e detalhar as características do objeto estudado.

A metodologia utilizada costuma ser menos rígida que nos levantamentos e estudos de campo, o que ocasiona uma necessidade de que o pesquisador planeje adequadamente a coleta de dados e a análise dos resultados evitando vieses (GIL, 2008).

Neste caso foi elaborado um questionário de coleta de dados para que o mesmo possa se analisado baseado na realidade fática do objeto de estudo, com finalidade de demonstrar se o mesmo cumpre com que se preceitua como sendo seu objetivo base enquanto entidade do Terceiro Setor. Foi aplicado apenas um questionário direcionado ao Presidente e ao Tesoureiro da Colônia de Pescadores, conforme Apêndice, onde se procura identificar a própria colônia, bem como aspectos de fontes e formas de captação de recursos, valores dos recursos captados.

A escolha dos entrevistados se deu em vista dos mesmos serem os que mais possuem conhecimento acerca dessas movimentações, sendo isso um fator facilitador para o alcance do objetivo proposto neste trabalho.

Quanto à abordagem do problema, este se classifica como uma pesquisa qualitativa. “Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. (RICHARDSON, 1999, p. 80). Tudo dentro do contexto de captação de recursos nas entidades do Terceiro Setor e especificamente no objeto de estudo desta pesquisa.

Quanto à análise dos dados este trabalho se utilizou de questionário direto e assistido seguido de análise documental para comprovação dos dados obtidos.

Direto porque se buscou a resposta em conformidade direta com o objetivo da pesquisa. E assistido porque os respondentes são acompanhados no ato do preenchimento do questionário para minimizar dúvidas quanto ao mesmo (NOGUEIRA, 2002).

Com isso se buscou o levantamento de informações que pudesse estar dentro da realidade atual da entidade embasado em documentos de modo que os resultados obtidos fossem os almejados como objetivo desta pesquisa.

A análise documental, segundo Godoy (1995, p. 21) “os dados coletados na análise documental possibilitam a validação das informações obtidas durante a entrevista”. Ou seja, se busca dar veracidade as informações obtidas na entrevista através da confirmação documental dos fatos apresentados, para com isso se apresentar resultados embasados unicamente na realidade existente, evitando com isso, informações irrelevantes e distorcidas.

No tocante a delimitação, este estudo foca na verificação de quais as fontes e formas a COPAFBE - Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-32 – Francisco Bezerra Evangelista capta os recursos utilizados nas atividades desenvolvidas, analisando se as mesmas ocorrem somente a nível local ou se entidades externas também direcionam recursos para a mesma, bem como se os respectivos recursos são provenientes tanto dos setores público e privado.

A amostra de pesquisa que servirá de base para a coleta de dados, se resume ao Presidente e Tesoureiro da COPAFBE - Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-32 – Francisco Bezerra Evangelista na cidade de Congo, os quais responderão ao questionário proposto conforme apêndice, uma vez que são estes os membros mais atualizados com relação ao gerenciamento da colônia, tendo livre acesso a informações, documentos e dados que servirão de material para posterior análise. Já com relação à entidade, esta pesquisa se resume a análise das fontes e formas de captação, bem como os valores de recursos unicamente nesta colônia, já que não é objetivo deste trabalho analisar as respectivas fontes e formas de captação de modo comparativo com outras entidades de mesma natureza nem seu gerenciamento dentro delas, mas tão somente analisar os pontos destacados de fontes e formas de captação nesta entidade em si.

O questionário contendo 19 questões fechadas, foi aplicado de forma direta e assistido no período de 09 a 13 de novembro de 2015 na própria organização, para assim se ter maior facilidade no acesso aos documentos. Porém a disponibilização de documentos que comprovasse de maneira cabal as informações foi restrita, não sendo permitido o acesso a documentos que seriam de suma importância para a pesquisa.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O CASO DA COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z-32 – COPAFBE – FRANCISCO BEZERRA EVANGELISTA.

6.1 Identificação e Caracterização

Antes do surgimento da Colônia, a comunidade Laginha Localizada no município do Congo / PB, por estar situada as margens do Açude Cordeiro, sempre teve suas atividades vinculadas a pesca, inicialmente de forma individual, tendo posteriormente, após a iniciativa de alguns residentes, a ideia de se regularizar a atividade, sendo por este motivo, em 1992, criada a Associação dos Pescadores do Açude Cordeiro - ASPAC, cujo objetivo era promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade, apoiando à comercialização coletiva e a produção dos associados e associadas de forma mais profissional, estimulando também ações que reforcem a união à cooperação e a solidariedade entre os membros e desenvolver ações educacionais e filantrópicas. Após o surgimento da ASPAC, se intentou a criação de uma entidade que pudesse melhor representar os anseios de todos os moradores, possuindo maior e melhor organização, bem como facilidade na obtenção de recursos, surgindo em 2005 a COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z-32 – Francisco Bezerra Evangelista, que atende pela sigla COPAFBE. Hoje a comunidade Laginha conta com três associações e a própria Colônia que representa todas as associações e os moradores mesmo que atuem de forma separada.

De acordo com o Livro de Registro de Associados (2005/2015), atualmente a Colônia conta com 492 associados, sendo que deste total, 350, o que equivale a 71,14%, estão ativos e 142 ou 28,86% inativos. Os motivos citados pelos entrevistados para o número de inativos são diversos, sendo os mais comuns o desligamento voluntário do associado, a falta de assiduidade nas obrigações para com a associação, em especial com a contribuição mensal e a mudança de domicílio sem prévio aviso ou desligamento voluntário.

Ainda de acordo com o respectivo livro, do total geral, entre ativos e inativos 67,89% ou 334 são homens, e 32,11% ou 158 são de mulheres. Já quando se considera somente os ativos, ou seja, aqueles que estão com suas obrigações em dia para com a entidade, 67,71% ou 237 são de homens e 32,29% ou 113 são de mulheres pescadoras. Entre os inativos 68,31% ou 97 associados são de homens e 31,69% ou 45 associados são de mulheres.

Considerando o total de associados, ativos e inativos, cerca de 65,04%, ou 320 são pescadores profissionais, ou seja possuem a carteira de identificação do pescador onde se encontra o seu Registro Geral da Pesca – RGP, deste total de pescadores com a carteira profissional 107 ou 33,44% são mulheres e 213 ou 66,56% são homens. Quando se considera somente os membros ativos, o percentual de pescadores com registro é de 91,43%, os demais ainda não possuem o respectivo documento, por, principalmente, problemas documentais no tocante a comprovação da qualidade de pescador.

Os trabalhos desenvolvidos dentro do âmbito da associação são em sua totalidade de natureza voluntária. Quando questionados se os respectivos voluntários possuíam documento que comprove e especifique esta natureza, principalmente baseado na Lei 9.608/98 – Lei do Serviço Voluntário, os entrevistados responderam que não, uma vez que a relação na entidade, de acordo com eles, é uma relação de confiança e também porque os mesmos desconhecem tal norma.

6.2 Fontes de Recursos

Neste quesito, atualmente a Colônia de Pescadores conta apenas com a contribuição mensal dos associados para sua manutenção e desenvolvimento de suas atividades. Diz-se atualmente, por que, de acordo com os entrevistados, tal situação ocorre desde o falecimento do antigo presidente ocorrido em 2009, antecessor do atual, que servia de modo mais facilitado de ponte entre os governos municipal, estadual e federal e a colônia, possibilitando um maior quantitativo de projetos e recursos direcionados a entidade, realidade hoje que não é identificada, fazendo com que os associados sejam a única fonte de recursos existente.

Isto ratifica o que foi apresentado por Camargo (2001), onde o mesmo já havia esboçado de modo objetivo que a maioria das entidades pertencentes ao Terceiro Setor sofre com a escassez de recursos, ficando em sua maioria restritos as contribuições mensais de seus associados.

6.3 Formas de Captação de Recursos

Uma vez que a única fonte de captação de recursos provem dos próprios associados, a única forma para captação é a mensalidade devida por cada um, não possuindo outra forma, nem proveniente de doações por parte de empresas nem de pessoas físicas atualmente. A colônia também não se utiliza de empréstimos do setor financeiro, que de acordo com os entrevistados, não faz parte das ações da entidade para captação. Salienta-se também, que esta situação ocorre atualmente, cuja explicação encontra-se no tópico anterior. Com relação aos projetos, estes atualmente inexistem. Porém, há uma solicitação por parte da colônia encaminhada à Câmara de Vereadores da cidade de Congo/PB, para elaboração de um projeto de perfuração de poços na comunidade, não este de natureza financeira e nem com destinação a Colônia, mas tão somente destinado ao bem estar da comunidade ratificando o que foi apresentado por Drucker (1997), onde enfatiza que as atividades dessas entidades podem ir além de questões específicas, sendo uma forma eficiente de mudança social.

6.4 Quantitativo de Recursos (em \$ por ano)

De acordo com os entrevistados e com o livro caixa da entidade (2014/2015) e considerando as mensalidades como única fonte de recursos, a contribuição paga atualmente por cada associado está no valor de R\$ 10,00, sendo que por mês a média de contribuições fica em torno de R\$ 2.100,00 e R\$ 25.200,00 por ano. Foi feita uma média mensal e anual, uma vez que do total de associados ativos, existe alternância nos pagamentos, ou seja, há uma inassuidade sazonal por parte dos associados, sendo que a média obtida do livro caixa em um período de 1 ano (2014/2015), apresenta os valores demonstrados anteriormente.

A informação relativa à produção mensal do pescado ficou como último ponto neste tópico em virtude da mesma está atualmente suspensa devido à estiagem que secou o manancial do Açude Cordeiro, local utilizado para criação e pesca da comunidade. Quando as atividades eram normalmente desenvolvidas, o quantitativo total (em kg) mensal retirados do manancial, ficava em torno de 2.000 kg de pescado, que era comercializado pelos associados e cujas rendas contribuíam para a subsistência local até o período do defeso, onde a pesca era interrompida e as rendas eram supridas através do Seguro Defeso que nesse período incrementava a renda local em aproximadamente R\$ 1.000.000,00. Salienta-se, porém, a título de informação, que o respectivo seguro encontra-se suspenso por 120 dias de acordo com a Portaria Interministerial nº 192 de 05 de outubro de 2015.

Portanto, os recursos atualmente disponíveis para as atividades da colônia são exclusivamente das mensalidades dos associados.

6.5 Destinação dos Recursos

Como inexistem atualmente demais fontes e formas de captação de recursos para que se incentivem mais as atividades pesqueiras, bem como por causas naturais, ou seja, a seca que assola a região há alguns anos e que paralisou as atividades, os recursos proveniente exclusivamente das mensalidades dos associados são revertidos totalmente para manutenção e estruturação da Colônia, que a partir deles conseguiu construir um centro de eventos coberto a ser utilizado tanto para as reuniões habituais, como para a realização de eventos, cujas rendas também serão revertidas em sua totalidade para entidade se manter e manter suas atividades básicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da demanda da sociedade por melhores serviços públicos que satisfaçam suas necessidades básicas, aliadas a própria ineficiência do Estado em atender tais anseios, fez surgir no cerne da sociedade uma forma alternativa para se alcançar tal finalidade. É nesse contexto de visível e acentuada disparidade social que surgem as entidades do Terceiro Setor, que vieram preencher uma parte dessa lacuna, tornando-se com isso a materialização da estagnação e incapacidade estatal de suprir as necessidades.

De acordo com o que foi apresentado, estas entidades surgem em um cenário de passividade popular e de distanciamento estatal, e se desenvolve ao longo do tempo como meio de cobrir as lacunas deixadas pelos governos na sociedade no tocante a prestação de serviços essenciais. As entidades do Terceiro Setor apresentaram altos índices de crescimento, principalmente a partir dos anos 2000, onde não somente cresceram em termos quantitativos, mas ampliaram o leque de possibilidades para atuação, passando de representantes de assistência social para atuar em outras áreas, tais como: educação, saúde, etc.

Tais entidades não se confundem com aquelas atuantes no mercado, nem tampouco com o próprio setor público, ficando de forma conceitual entre o primeiro e o segundo, argumento justificado pelo fato das entidades do Terceiro Setor serem pessoas com personalidade jurídica de direito privado, sendo que sua finalidade é a prestação de serviços públicos, como forma de suprir as necessidades coletivas não alcançadas pela ação estatal

Diante disso tornam-se importantes maior atenção, tanto por parte do Estado como por parte da sociedade, as respectivas entidades, uma vez que as mesmas possuem uma gama crescente de possibilidades de captação de recursos como meio de auxiliar no cumprimento dos objetivos traçados quando de sua constituição, sendo elas provenientes de suas próprias atividades, de doações privadas e também do setor público. Ressalta-se, também, a importância não somente do saber captar, mas, sobretudo da forma como se fará o mesmo, que enseja um planejamento eficiente para que a mesma possa adquirir os recursos necessários para a realização de suas atividades e o alcance dos objetivos da entidade.

Esta pesquisa se propôs baseado no caso da Colônia de Pescadores objeto de estudo, evidenciar as fontes e formas que os mesmos possuem e utilizam para a captação de recursos bem como os valores decorrentes para que de modo paralelo se possa inferir se a mesma cumpre com os objetivos propostos e proporciona as melhorias e mudanças na realidade em que está inserida, captando os recursos e desenvolvendo atividades que dê bases para os membros desenvolverem suas funções e com isso possam garantir o sustento próprio e a continuidade da entidade.

Como resultado da pesquisa, verificou-se que atualmente a Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-32 – COPAFBE – Francisco Bezerra Evangelista situada no sítio Laginha, município de Congo/PB, possui apenas uma fonte para captação dos recursos utilizados em suas ações cotidianas cuja forma se materializa nas mensalidades dos associados, inexistindo atualmente, quaisquer outra fonte se não esta, onde a mesma é destinada para fins de estruturação e manutenção das atividades pertinentes a entidade, isto considerando a paralisação das ações em vista da estiagem prolongada que secou o manancial utilizado para criação e pesca. Ficando a comunidade dependente apenas do Seguro Defeso, que por força de Portaria do Ministério da Agricultura, encontra-se também suspenso.

Analisando todo o contexto apresentado este trabalho identifica tanto a fonte como a forma de captação de recursos, para que a mesma possa desenvolver suas atividades existentes e possibilite alternativas de ampliar o *roll* de atividades desenvolvidas e aumente a referência local e por que não dizer regional, no tocante a entidade que produz uma significativa mudança na realidade em que se insere.

Do ponto de vista teórico apresenta uma contribuição no conhecimento de ações práticas dentro de uma entidade do Terceiro Setor, neste caso na captação de recursos, o que por sua vez proporcionará novos focos de pesquisa que ampliem o conhecimento deste setor que como apresentado, continua a crescer a nível nacional, se tornando uma realidade a ser considerada tanto por parte dos governos, como pela própria sociedade.

Portanto, um olhar diferenciado para estas organizações não se traduz em somente acompanhar suas atividades, mas também acompanhar as formas como as mesmas captam os recursos nelas empregados, para assim proporcionar maior licitude, probidade e transparência as suas ações. Salienta-se que, quanto ao gerenciamento dos recursos dentro, não somente desta entidade, mas também nas entidades do Terceiro Setor, não é objetivo desta pesquisa em si, mas tão somente as fontes e formas de captação, ficando a sugestão para pesquisas posteriores apresentarem as formas de se gerenciar quando os recursos são direcionados a entidade.

REFERÊNCIAS

ABCR - Associação Brasileira de Captadores de Recursos. **Código de ética**. 2007. Disponível em: <<http://captacao.org/recursos/institucional/codigo-de-etica.html>>. Acesso em 21 de agosto de 2014.

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

BEUREN, Ilse Maria.org. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 30/10/2015.

BRASIL. **Portaria Interministerial n. 192**. Brasília. Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_27030142_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_192_DE_5_DE_OUTUBRO_DE_2015.aspx>. Acesso em 18/11/2015.

CAMARGO, Mariângela Franco de. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.

CAVALCANTI, Marly (Org.). **Gestão Social – estratégias e Parcerias: Redescobrimo a essência da administração de comunidades para o terceiro setor.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CICCA, I. **Captação de Recursos: fontes distintas exigem estratégias diferentes.** 2009. Disponível em http://www.guiame.com.br/m5.asp?cod_noticia=254&cod_pagina=1082. Acesso em: 21 de agosto de 2014.

COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z-32 – FRANCISCO BEZERRA EVANGELISTA – COPAFBE. **Ata de Criação.** 2005.

COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z-32 – FRANCISCO BEZERRA EVANGELISTA – COPAFBE. **Livro de Registro de Associados.** 2005/2015.

COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z-32 – FRANCISCO BEZERRA EVANGELISTA – COPAFBE. **Livro Caixa.** 2014/2015

CRUZ, Célia Meirelles. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos.** São Paulo Global, 2000.

DRUCKER, P. **Administração de organizações sem fins lucrativos.** São Paulo: Pioneira, 1997.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, S.A. **Pesquisa Qualitativa e Sua Utilização em Administração de Empresas.** Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 4, p. 20-29, 1995c.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do Terceiro Setor.** São Paulo: Makron Books, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos e Pesquisas – Informação Econômica: As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010.** num. 20. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default_entidades_xls_nova_2010.shtm Acesso em 30/10/2015.

LENGLER, Fernando Ramos; CRUZ, Ricardo de Lima Caiubi; JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Captação de Recursos pelo Terceiro Setor: a importância de um intermediário como canal de comunicação entre doador e tomador.** Vianna Sapiens, Juiz de Fora. v.1. n. 1. abril, 2010.

MANUAL DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS: da teoria à prática. Grupos de Estudos do Terceiro Setor. São Paulo, 2011.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 6ª ed. São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Paula Renata Pantoja de. **Organizações do Terceiro Setor e Captação de Recursos:** um estudo em ONGs de defesa de direito diante dos novos modelos de cooperação. 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade da Amazônia. Belém – Pará, 2012.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas.** 2.ed. ver. atual. eampl. Curitiba: Ibplex, 2009

RAMPASO, Renata Favero. **Entenda o 3º Setor** – Teoria e Prática. São Paulo: Novo Século, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarryet *al.* **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Elton Praxedes Carvalho da; VASCONCELOS, Sandra Stockli de; NORMANHA FILHO, Miguel Arantes. **Captação de recursos para a gestão do terceiro setor, um grande desafio.** In. IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia: gestão, inovação e tecnologia para a sustentabilidade, 2012, Rio de Janeiro: AEDB, 2012. p. 11.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SPEAK, A.; MCBRIDE, B.; SHIPLEY, K.. **Captação de Recursos:** da teoria à prática. Trabalho baseado em United Way of Canada. Canada: Graphbox Coran, 2002. Disponível em: <http://www.movimentoglobal.org.br>. Acesso em: 21 de agosto de 2014.

TEIXEIRA, R.F. **Discutindo o terceiro setor sob o enfoque de concepções tradicionais e inovadoras de administração,** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo: PPGA/FEA/USP, v.11, n.1, p.1-15, jan-mar. 2004

TENÓRIO, F.G. (org) **Gestão de ONGs:** principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

APÊNDICE I
QUESTIONÁRIO (Presidente e Tesoureiro da Colônia)
Identificação e Caracterização

- 1) Nome da Entidade: _____
- 2) Ano de criação: _____
- 3) Quantidade de associações participantes: _____
- 4) Número de associados: _____
- 5) Homens: (_____) Mulheres: (_____)
- 6) Número de associados com carteira: _____ Homens: (____) Mulheres: (____)
- 7) Possui funcionários: () Sim () Não . Se SIM, Quantos?: _____

Fontes de Recursos

8) Quais as principais fontes de recursos da entidade?

- () Sócios unicamente () Sócios e Governo do Estado
- () Sócios e Prefeitura Municipal () Gov. do Estado e Gov. Federal
- () Prefeitura Municipal unicamente () Apenas Gov. Federal
- () Prefeitura Municipal e Governo do Estado () Sócios e Gov. Federal
- () Governo do Estado unicamente () Empresas privadas
- () Das próprias atividades
- () Outras: _____

Formas de captação

9) Quais as principais formas de captação ou mobilização de recursos utilizadas pela entidade?

- () Doações () Mensalidades () Projetos () Empréstimos: Quantos e onde: _____ ()

Produção ou prestação de serviços a sociedade

10) Qual a frequência das doações?

- () Mensais () Bimestrais () Semestrais () Anuais () Outros: _____

11) Qual o valor das mensalidades? _____

12) No tocante aos projetos, quantos são feitos por ano na entidade?

- () 1 () 2 () 5 () Mais de 5, quantos? _____

13) Quais os projetos mais comuns? _____

14) Como tomam conhecimento da existência dos projetos que disponibilizam recursos?

() Pesquisa direta () Internet () Comunicações dos órgãos estatais ou privados () Profissionais externos (Ex. Contadores, Consultores)

15) Quem elabora os projetos?

() Membros qualificados da entidade () Profissionais terceirizados (Ex.: Contadores, Consultores).

16) Com relação a Produção: Qual o volume mensal (em kg ou outra medida cabível)? _____

Quantitativo de Recursos (em \$ por ano)

17) Qual o valor dos recursos direcionados a entidade considerando as fontes?

() Sócios: _____ () Prefeitura: _____ () Gov. do Estado: _____
() Governo Federal: _____ () Empresas privadas: _____
() Próprias atividades: _____ () Outras: _____

18) Qual o valor dos recursos direcionados a entidade considerando as formas de captação?

() Doações: _____ () Mensalidades: _____
() Projetos: _____ () Empréstimos: _____
() Produção ou prestação de serviços: _____

Destinação dos Recursos

19) Deste montante, quanto fica com a entidade para manutenção e quanto é repassado aos associados para as atividades de cada um?

Entidade: _____

Associados: _____

APÊNDICE II
Fotos da Colônia

